



**6º PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO NO ÂMBITO DA OGP**  
**OFICINA DE REVISÃO E 9ª REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO COMPROMISSO 1**  
**INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA**

**INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO**

1. **Data:** 27.03.2026
2. **Local:** Reunião virtual – Aplicativo Microsoft Teams

**PARTICIPANTES PRESENTES**

**1. Controladoria-Geral da União (CGU)**

- a. Marcelo de Brito Vidal
- b. Guilherme Fortuna
- c. José Carlos Barbosa
- d. Maíra Luisa Milani De Lima

**2. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**

- a. André Luiz Ramos
- b. Bianca Oliveira Medeiros
- c. Flávia da Fonseca Medeiros
- d. Gilmar Rodrigues da Rocha
- e. Leonardo Cezar
- f. Viviane Silveira Amaral

**3. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**

- a. Bianca Oliveira Medeiros
- b. Humberto Luciano Schloegl
- c. Moara Menta Giasson

**4. Ministério dos Transportes (MT)**

- a. Fani Mamede
- b. Rosângela Finocketi Pinna

## **5. Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)**

- a. Isis Diniz
- b. Mariana Ramos
- c. Raissa Silva

## **6. Transparência Internacional Brasil (TI Brasil)**

- a. Amanda Faria Lima
- b. Thulio de Oliveira

## **7. Equipe de Monitoramento (CGU)**

- a. Fernanda Montenegro Calado
- b. Heloisa Vieira Curvello
- c. Maíra Souza Rodrigues Póvoa
- d. Robson Luiz da Rocha e Silva
- e. Simone Fonseca Cherin

## **TÓPICOS ABORDADOS**

- Informes gerais.
- Monitoramento do compromisso.
- Análise das sugestões recebidas nas fases anteriores.
- Revisão do compromisso.

## **DESENVOLVIMENTO**

A reunião iniciou-se com a Coordenadora-Geral de Promoção de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU), Fernanda Calado, que explicou a metodologia do processo de revisão do 6º Plano de Ação Nacional, o trabalho realizado até o momento e o propósito da reunião. Além de proporcionar uma nova rodada de monitoramento do compromisso, a reunião serviria para efetuar os ajustes necessários nos marcos e no compromisso.

Em seguida, o Diretor de Governo Aberto e Transparência, Marcelo Vidal, saudou os participantes e colocou-se à disposição para colaborar com os trabalhos.

A equipe técnica destacou a realização, entre os dias 10 e 12 de março, da visita da comitiva internacional da Parceria para Governo Aberto (OGP) à CGU, no contexto da copresidência brasileira, liderada em conjunto com Steph Muchai, representante da sociedade civil. A visita teve como objetivo fortalecer as

ações da Parceria, que reúne atualmente 73 países. Um dos temas abordados foi a celebração dos 15 anos de atuação da OGP. Como parte das comemorações, será realizada uma edição especial da Semana de Governo Aberto, durante a qual a comunidade global promoverá eventos, hackathons, debates e ações criativas que evidenciem, na prática, o potencial do governo aberto, além de incentivar o compartilhamento de experiências e visões de futuro por meio de vídeos, publicações em redes sociais e iniciativas locais. Em seguida passou-se a palavra para o Coordenador-Geral de Gestão do Portal de Transparência da CGU e coordenador do compromisso, Guilherme Fortuna, que apresentou o andamento das atividades realizadas entre janeiro e março de 2026, conforme a tabela abaixo.

## ACOMPANHAMENTO E ENCAMINHAMENTOS

Compromisso 1: “Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.”

MARCOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS	OBSERVAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS
Marco 1 – Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura	julho/26	CGU* IEMA* SG MMA MGI (SEGES) IBAMA MPO (SOF) MPO (SEPLAN) Instituto Socioambiental (ISA) GT Infraestrutura	O marco apresenta 40% de execução, encontrando-se em fase de elaboração dos levantamentos de boas práticas e de oportunidades de aprimoramento relacionados à transparência e à participação social no setor de infraestrutura. O trabalho foi desenvolvido a partir de análises documentais, comparações com outros setores e debates realizados ao longo do ano, incluindo a realização de evento específico para discussão do tema. O documento consolidado já foi encaminhado aos parceiros envolvidos para análise e revisão, aguardando retorno para posterior validação e deliberação no âmbito do grupo ampliado.
Marco 2 – Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente	julho/26	CGU* MMA IBAMA GT Infraestrutura IEMA Instituto Socioambiental (ISA)	O marco apresenta 40% de execução. Seu avanço está condicionado à conclusão do levantamento do marco 1, a partir do qual serão identificadas as lacunas existentes e formuladas as propostas de alterações normativas.
Marco 3 – Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento	junho/2026	MGI (SEGES)* ANTT CGU MME MT MPO (SEPLAN) MPO (SOF) GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental (ISA) TI Brasil	O marco, coordenado pelo MGI, apresenta 60% de execução. Desde o início do compromisso, o sistema Obras.gov registrou avanços significativos, destacando-se a inclusão de novos filtros (Novo PAC e áreas de restrições socioambientais), a melhoria da fidedignidade das informações sobre os empreendimentos, a integração com contratos e convênios, bem como o lançamento do Portal Obras.Gov, acompanhado de webinar com a participação da CGU, do TCU e do MDIC.
Marco 4 – Realizar ações de mobilização e capacitação para	junho/2027	MGI (SEGES)* CGU	O marco apresenta 50% de execução. Sua implementação tem se apoiado na utilização da

assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado		CONFEA IBRAOP	Rede de Parcerias para promover ações de comunicação e capacitação junto a gestores sub-nacionais, sendo considerado um marco que trouxe bons avanços.
Marco 5 – Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura	junho/2027	MGI (SEGES)* CONFEA SNPS – SG/PR GT Infraestrutura IEMA Instituto Socioambiental (ISA) TI Brasil	O marco apresenta 50% de execução. Embora tenham sido realizados encontros iniciais, faz-se necessária sua reavaliação na fase de revisão, especialmente para agregar atores com atuação mais transversal na área de participação social.
Marco 6 – Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC	dezembro/2024	TI Brasil* CGU GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental (ISA)	Marco concluído. O marco resultou na publicação de uma nota técnica que consolida recomendações voltadas ao aprimoramento da transparência e do controle social no âmbito do Novo PAC. As articulações seguem em andamento para diálogo com a Secretaria Especial do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC), da Casa Civil.
Marco 7 – Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura	junho/2027	CGU* SNPS – SG/PR IBRAOP	Marco não iniciado. Embora tenha ocorrido reunião preliminar entre a CGU e o MGI, a expectativa é de que sua execução tenha início no próximo trimestre, com a realização de convite aos órgãos e entidades da sociedade civil interessados em colaborar.
Marco 8 – Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social	junho/2027	SNPS – SG/PR* CGU MGI (SEGES) IBRAOP	Marco não iniciado. O marco, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS/SG/PR), tem envolvido articulação estratégica com o órgão.
Marco 9 – Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal	fevereiro/26	TI Brasil* CGU CoST GT Infraestrutura IBRAOP IEMA ISA	O marco apresenta 80% de execução. O diagnóstico foi publicado e amplamente compartilhado com os integrantes do compromisso. Além da conclusão do levantamento, o grupo discute formas de disseminar os resultados do diagnóstico.

\*Coordenadores dos marcos.

## ANÁLISE DAS SUGESTÕES RECEBIDAS

Após a apresentação do andamento das atividades do compromisso, a equipe de Governo Aberto da CGU apresentou as sugestões recebidas nas fases anteriores do processo de revisão, oriundas dos formulários eletrônicos, da 4ª edição do Diálogo com a Sociedade Civil e da Consulta Pública. As contribuições foram analisadas conjuntamente pelos participantes quanto à sua pertinência, viabilidade e aderência aos objetivos do compromisso, conforme tabela a seguir.

Ressalta-se que as sugestões relacionadas à melhoria da gestão dos marcos ou do compromisso não foram analisadas neste momento, por não resultarem em alterações nos textos do plano. Ao final da reunião, o coordenador do compromisso informou que analisará as contribuições recebidas e fará uma devolutiva ao grupo. Adiantou que as sugestões relacionadas à gestão são de simples implementação e podem contribuir para um trabalho mais integrado.

SUGESTÃO	ANÁLISE DOS PARTICIPANTES
No âmbito do compromisso, focar na implementação, inclusive institucionalização, das mudanças propostas e permanência das ações de transparência e participação social em infraestrutura	Os participantes consideraram que as sugestões expressam uma orientação, um norte conceitual para a coordenação e execução do compromisso e que já se encontram contempladas em seu escopo. Dessa forma, não se identificou a necessidade de alterações na redação do compromisso ou de seus marcos.
No âmbito do compromisso avançar na institucionalização de mudanças estruturantes de transparência e participação social nas políticas de infraestrutura de transportes e energia.	
Recomenda-se que o Compromisso 1 priorize a institucionalização de ações estratégicas que assegurem legados permanentes para a transparência e a participação social nas políticas de infraestrutura, de modo a garantir a continuidade dos avanços após o encerramento do compromisso.	
No âmbito do compromisso, promover a integração entre ações previstas no Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) que tenham relação com os marcos, buscando unir e fortalecer as iniciativas, como: expansão do Obras.gov no governo federal e para estados e municípios, acompanhamento estratégico do novo PAC, melhoria da qualidade dos dados sobre as etapas do processo de contratação pública, disponíveis em transparência ativa, aprimoramento da transparência em recursos e pagamentos públicos em obras identificadas pela marca do Governo	A sugestão foi aceita. Entendeu-se que ela deve ser direcionada ao marco 7, ainda não iniciado. Ao executar as ações do marco, deve-se considerar a existência de ações não apenas do Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC), mas também os planos de dados abertos, o planejamento estratégico dos órgãos etc. Houve sugestão de ajuste no título do marco 7, o qual passará a ser: "Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura, em convergência com as ações de promoção da

Federal, aprimoramento normativo da LAI e fomento ao controle social e à fiscalização cidadã das obras do PAC nos estados e municípios.	integridade e transparência já realizadas pelos ministérios relacionados.”
Inclusão da política energética na esfera de atuação do Compromisso 1, com foco em transparência e participação nas etapas de elaboração do Plano Nacional de Transição Energética, tendo em vista as questões identificadas por redes e organizações da sociedade civil: <a href="https://gt-infra.org.br/transicao-energetica-justa-e-popular-sociedade-civil-pede-ao-brasil-lideranca-pelo-exemplo-na-cop-30/">https://gt-infra.org.br/transicao-energetica-justa-e-popular-sociedade-civil-pede-ao-brasil-lideranca-pelo-exemplo-na-cop-30/</a>	<p>As sugestões foram consideradas relevantes, porém não foram acolhidas em razão de envolver competências específicas do Ministério de Minas e Energia (MME), que não estava presente na reunião. Do mesmo modo, foi apontado que seria necessário avaliar capacidades operacionais dos participantes do grupo. Avaliou-se, ainda, que eventuais encaminhamentos podem ser tratados no âmbito dos marcos já existentes, sem necessidade de criação de novo marco.</p> <p><b>Encaminhamento:</b> A CGU estabelecerá diálogo com o MME para verificar o interesse institucional e, oportunamente, dar devolutiva sobre a possibilidade de encaminhamento da pauta em instância adequada.</p>
No âmbito do compromisso, abordar o tema transição energética justa, à luz das políticas nacionais e discussões no âmbito da COP 30.	
Inclusão do tema “Transição Energética Justa” no Compromisso 1, considerando a sua relevância estratégica para o país, e as dificuldades históricas de transparência e participação em políticas públicas para o setor de energia. Contribuir para propostas de internalização do direito a consulta livre, previa e informada nos processos decisórios sobre políticas, planos e projetos de infraestrutura. Institucionalização de instrumento como Avaliação Ambiental Estratégica, com metodologia participativa, para aplicar ao planejamento de corredores logísticos, capaz de analisar impactos sinérgicos e cumulativos, e alternativas.	
Considerar no âmbito do compromisso a institucionalização de instrumento como Avaliação Ambiental Estratégica, com metodologia participativa, para aplicar ao planejamento de corredores logísticos, capaz de analisar impactos sinérgicos e cumulativos, e alternativas.	A sugestão pode ser discutida no âmbito do marco 2, voltado ao aprimoramento normativo, respeitadas as competências e capacidade operacional dos envolvidos. Assim, não há necessidade de alteração ou criação de um novo marco.
Sugere-se que, a exemplo do Ministério dos Transportes, que promoveu ajustes em seu planejamento setorial para incorporar mecanismos de participação social além da consulta pública e realizou eventos colaborativos com a sociedade civil no âmbito do PNL 2050, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) adotem iniciativas semelhantes, ainda no prazo do Compromisso 1, ampliando a colaboração com a sociedade civil em seus processos de planejamento setorial.	A CGU estabelecerá diálogo para avaliar a possibilidade de ampliação do engajamento dos órgãos já participantes ou incentivar a adesão daqueles que ainda não integram o compromisso, considerando suas respectivas competências. A CGU informará os participantes e, caso necessário, será realizada reunião para definir os próximos encaminhamentos. Os órgãos citados não participaram da reunião.
No âmbito do compromisso, sugere-se que planos setoriais, como o PNL 2050, adotem critérios consistentes e sejam efetivamente utilizados como referência para a definição e priorização de projetos de infraestrutura.	A sugestão apresenta diretrizes de caráter orientador, já contempladas na discussão do marco 1, especialmente no que se refere às boas práticas previstas. Não são necessários ajustes adicionais no compromisso ou em seus marcos.

<p>No que se refere ao Compromisso 1, sugere-se o envolvimento de órgãos federais que ainda não se engajaram no processo, como a Casa Civil/PR, TCU e o BNDES, bem como focar no fortalecimento de vínculos obrigatórios entre processos de seleção de projetos a serem encaminhados ao PPA, PPI e PAC e o planejamento setorial, a exemplo do PNL 2050.</p>	<p>Assim como nas sugestões anteriores, a sugestão tem caráter orientador e não enseja alteração nos marcos ou no compromisso. Novos órgãos podem ser estimulados a se engajar no processo, a depender de suas competências e capacidades operacionais.</p>
<p>No âmbito do marco 3 prorrogar o prazo de execução até o final de 2027 para que a melhoria no sistema e a abertura de novas bases de dados seja contínua até o final do Plano.</p>	<p>A sugestão foi aceita, tendo em vista que a prorrogação do prazo de conclusão é necessária para garantir a execução adequada das atividades e entrega do novo sistema que está sendo desenvolvido.</p>
<p>No âmbito do marco 3, sugere-se uma nova rodada de proposição e implementação de melhorias, considerando o prazo de execução do compromisso.</p>	<p>O MGI informou que se encontra em desenvolvimento o novo módulo Obras 2.0, integrado ao ObrasGov 2.0, o qual incorporará funcionalidades avançadas, como georreferenciamento, inteligência artificial e diversas melhorias já anteriormente sugeridas pelo grupo no âmbito do compromisso. Esses e outros aprimoramentos estão sendo implementados diretamente no novo sistema, em sintonia com os ditames do Acórdão 2134/2023-Plenário, que trata de obras paralisadas. Nesse contexto, o MGI indicou não ser possível acolher novas proposições de melhorias no sistema atualmente em uso, além daquelas que já haviam sido feitas. Como devolutiva, o MGI encaminhará relatório contendo informações sobre os desenvolvimentos em curso no novo sistema e resultados das sugestões enviadas pelo grupo. Houve entendimento de que o assunto pode ser discutido no âmbito do marco, não sendo necessário ajustes no escopo da revisão do plano.</p>
<p>Incluir a instituição CoST como participante do marco 5 e contar com o apoio como organização parceira na promoção de espaços de diálogo e colaboração.</p>	<p>Avaliou-se que a atuação do MGI permanece limitada ao escopo de suas competências institucionais, sendo mais adequada sua participação como colaborador no marco por meio da Rede de Parcerias. Ademais, discutiu-se que a coordenação do marco deveria ser exercida pelo órgão responsável pela política de participação social, a Secretaria-Geral da Presidência da República. No entanto, como não havia representante da SGPR na reunião, acordou-se que a CGU buscaria interlocução com a SGPR para tratar o assunto. No âmbito da execução, caberá aos integrantes definirem conjuntamente a melhor forma de desenvolvimento das ações, inclusive por meio de articulação em rede. Em relação à atuação da sociedade civil, o MGI reforçou a importância de as entidades participarem da Rede de Parcerias.</p>
<p>No âmbito do Marco 5, sugere-se o convite e a inclusão da Secretaria Especial de Planejamento, Parcerias e Investimentos (SEPII) da Casa Civil como integrante do marco.</p>	
<p>No âmbito do Marco 5, sugere-se que a CGU atue como coordenadora, em conjunto com o MGI.</p>	
<p>No âmbito do Marco 5, sugere-se que a CGU exerça a liderança do marco, considerando sua competência transversal no fomento ao governo aberto.</p>	
<p>No âmbito do Marco 5, recomenda-se que o escopo do marco preveja a institucionalização da participação social em infraestrutura por meio de instrumento normativo, com vistas a assegurar a</p>	

<p>perenidade e a continuidade do espaço de diálogo e participação.</p>	<p>Participantes pontuaram as oportunidades de avanço na área de participação social e sublinharam a importância da participação da Secretaria-Geral da Presidência.</p> <p><b>Encaminhamento:</b> A CGU, por meio da Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação (SNAI), estabelecerá contato com a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS), da Secretaria-Geral da Presidência, com o objetivo de fortalecer sua participação no compromisso como um todo e, de forma específica, viabilizar a atuação na coordenação do marco 5, considerando que o órgão é o responsável pela política de participação.</p>
<p>No âmbito do marco 6, sugere-se a incorporação, no escopo do marco, de ações de incidência e de diálogo voltadas ao fomento da implementação das recomendações apresentadas na nota técnica, com a consequente ampliação do prazo de execução.</p>	<p>A CGU compartilhou informações sobre a gestão do Portal da Transparência e sobre a priorização de melhorias resultantes de decisões judiciais, como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854 (transparência e rastreabilidade de emendas parlamentares) ou de obrigações legais, como foi o caso da divulgação dos beneficiários do Programa Gás do Povo. Assim, há uma limitação de capacidade operacional para inclusão discricionária de outras informações e consultas.</p>
<p>No âmbito do marco 6, sugere-se a implementação, pela CGU, dos aprimoramentos no Portal da Transparência, considerando sua atribuição como órgão gestor do Plano de Ação e o potencial dessa medida para representar um primeiro avanço concreto em transparência no âmbito do Compromisso 1.</p>	<p>De todo modo, a CGU comprometeu-se a dar devolutiva sobre as sugestões de aprimoramento do Portal da Transparência enviadas no âmbito do compromisso, indicando quais poderão ser implementadas e em qual prazo.</p> <p>Houve proposta de reabrir o marco, já concluído. Porém, a sugestão não foi acolhida, tendo em vista que o marco está concluído com a elaboração e publicação da nota técnica. Ressaltou-se, contudo, que os esforços já empreendidos podem seguir sendo desenvolvidos.</p>
<p>Sugere-se a revisão do objetivo do marco 8, de modo que passe a articular atores governamentais que já participam e que ainda não estão diretamente envolvidos no Compromisso 1, mas que são relevantes para o avanço das ações previstas em outros marcos, bem como para o desenvolvimento de ações finalísticas oriundas de parcerias entre governo e sociedade civil constituídas no âmbito do compromisso. Nesse contexto, destaca-se, entre outros exemplos, a agenda da logística para a sociobiodiversidade, parcialmente incorporada pelo Ministério dos Transportes, mas que demanda o engajamento de outras pastas para seu encaminhamento no âmbito do PNL 2050.</p>	<p>O marco ainda não foi iniciado. As sugestões não foram acolhidas por envolver atribuições de competência da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), órgão responsável pela coordenação do marco, que não estava presente na reunião.</p> <p><b>Encaminhamento:</b> A CGU estabelecerá diálogo com a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) com o objetivo de fortalecer sua participação no Plano, bem como encaminhar as sugestões recebidas no processo de revisão.</p>

<p>O marco 8 poderá contribuir para a promoção de eventos adicionais de diálogo entre governo e sociedade civil, no que se refere às questões ambientais nos planejamentos setoriais, em especial no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), contemplando, para tanto, o envolvimento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).</p>	
<p>Sugere-se a ampliação do escopo do marco 9, com a inclusão de ações de incidência e de diálogo voltadas ao fomento da implementação das recomendações apresentadas no relatório, acompanhada da correspondente expansão do prazo de execução.</p>	<p>A sugestão de alteração do prazo de conclusão de para dezembro de 2026 justifica-se pela necessidade de ampliação do período de execução, a fim de viabilizar a adequada execução das atividades previstas no marco.</p> <p>Conforme mencionado, foi realizado diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal no âmbito do marco. A CGU sinalizou que prestará devolutiva sobre alternativas de ações a serem feitas a partir do diagnóstico inclusive com a consideração de ações passíveis de implementação após o período de vigência do Plano.</p> <p>Não foi necessário alterar a redação do marco.</p>
<p>Sugere-se a criação de novo marco: Marco específico sobre elaboração de proposta de alteração no decreto federal de regulamentação da LAI incluindo dispositivos gerais de transparência de infraestrutura, a serem regulamentados em norma específica (que seria a proposta normativa construída no âmbito do marco 09).</p>	<p>A sugestão não foi acolhida, tendo em vista que a CGU apontou que a construção de uma norma específica sobre transparência em infraestrutura deveria incluir amplamente atores da área, o que não ocorre no compromisso na forma como ele está sendo estruturado.</p>
<p>Sugere-se a criação de novo marco: Realização ou fomento a ações de controle social, incluindo auditorias cidadãs dos investimentos e planos de infraestrutura federal.</p>	<p>Houve a avaliação de que a sugestão pode ser tratada no âmbito do marco 8, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR). Assim, a sugestão será levada à coordenação do marco.</p>
<p>Sugere-se a criação de novo marco: Acompanhamento e elaboração de contribuições aos planos de integridade e de dados abertos dos órgãos e entidades federais responsáveis por políticas, planos e obras de infraestrutura, visando reforçar os mecanismos de integridade e a abertura de dados-chave necessários para o controle social.</p>	<p>A sugestão não foi acolhida, tendo em vista que os normativos vigentes já contemplam diretrizes específicas, a exemplo da participação social obrigatória para elaboração dos Planos de Dados Abertos (PDA).</p> <p>Sugere-se que a temática seja acompanhada no âmbito do marco 7, por meio do mapeamento dos órgãos que se encontram na janela de elaboração de seus Planos de Dados Abertos até 2027 e que a CGU atue de forma orientadora, inclusive no âmbito do CGINDA, para incentivar que órgãos com atuação relevante em infraestrutura considerem, na definição de prioridades, a abertura e o fortalecimento de bases finalísticas do setor.</p>

	Avaliou-se que o avanço da temática não depende da criação de novo marco.
--	---

## REVISÃO DO COMPROMISSO

Após a análise das sugestões, foram aprovados os seguintes ajustes nos marcos existentes:

MARCO	ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
3	Alteração do prazo de conclusão de junho/2026 para dez/2027.	A prorrogação do prazo de conclusão para dezembro de 2027 é necessária para garantir a execução adequada das atividades e entrega do novo sistema que está sendo desenvolvido.
7	Alteração do nome do marco de “Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura” para “Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura, em convergência com as ações de promoção da integridade e transparência já realizadas pelos ministérios relacionados.”	A alteração do nome do marco visa explicitar sua articulação com as ações já desenvolvidas pelos ministérios na promoção da integridade e da transparência. O ajuste reforça o caráter integrador do marco, evitando sobreposição de iniciativas, promovendo sinergias e orientando sua execução como um espaço de convergência e reforço das ações existentes, com foco na sensibilização e no aperfeiçoamento das práticas institucionais.  A sugestão citada foi incorporada ao marco 7 por sua aderência ao escopo do marco.
9	Alteração do prazo de conclusão de fev/2026 para dez/2026.	A alteração do prazo de conclusão para dezembro de 2026 justifica-se pela necessidade de ampliação do período de execução, a fim de viabilizar a adequada execução das atividades previstas no marco.

## PRÓXIMA REUNIÃO DE MONITORAMENTO

A próxima reunião ficou agendada para **26 de junho de 2026, às 15hs.**

## REGISTRO FOTOGRÁFICO

